

A EDUCAÇÃO CAMPESINA E SUA RELAÇÃO COM A CONSTRUÇÃO E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA

PEASANT EDUCATION AND ITS RELATIONSHIP WITH THE CONSTRUCTION AND VALORIZATION OF THE CHILD'S IDENTITY

Gislayne Aparecida Barbosa Miranda¹

Karla Alexandra Dantas Freitas Estrela²

Fagner Veloso da Silva³

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade relatar uma experiência vivenciada em uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Queimadas-PB. A experiência teve como principal motivação a escassez de conteúdos que propiciem uma reflexão sobre a importância da valorização e construção da identidade dos alunos do campo. Nesta perspectiva, o presente trabalho busca compreender como acontece o processo de construção da identidade das crianças do campo (campesinas), como também fazer um breve resgate histórico, conceituando a Educação do Campo, relatando suas conquistas, lutas e desafios, ressaltando a importância de se considerar o contexto da realidade dos alunos no contexto de ensino e aprendizagem. A pesquisa, de natureza pesquisa-ação, foi realizada numa perspectiva quanti-qualitativa, através das intervenções pedagógicas durante as aulas. Os resultados demonstraram que, apesar das dificuldades encontradas, os professores e alunos do campo estão construindo uma escola capaz de mudar suas vidas; que estas escolas propiciam aos educandos formação para a cidadania, valorizando suas origens e a importância do campo para o país, mostrando que o professor do campo deve desenvolver uma prática pedagógica considerando as especificidades das crianças para que, só assim, possamos garantir o direito de uma educação pública de qualidade para nossos alunos.

Palavras-Chaves: Aprendizagem; Educação do Campo; Escola; Identidade.

ABSTRACT

The purpose of this experiment was to report a lived experience in a school in the city of Queimadas-PB. The main motivation was the lack of contents that would reflect on the importance of the valorization and construction of the identity of the students of the field. In this perspective, the present work seeks to understand how the process of

1 Graduada e Especialista em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, gislayne2012.1@hotmail.com

2 Doutoranda em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, karla_adfe@hotmail.com

3 Doutorando do Curso de Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, fagner_rian@hotmail.com

Recebido em: 12 de setembro de 2021

Aceito em: 09 de outubro de 2021



building the identity of the rural children, as well as to make a brief historical rescue, conceptualizing the education of the countryside, reporting its achievements, struggles and challenges, stressing the importance of considering the context of the reality of students in the context of teaching and learning. The research, of an action-research nature, was carried out in a quanti-qualitative perspective, through the pedagogical interventions during the classes. The results showed that the experience was that despite the difficulties encountered, teachers and students in the field are building a school capable of changing their lives; that these schools provide the students with training for citizenship, valuing their origins and the importance of the field for the country, showing that the teacher of the field must develop a pedagogical practice considering the specificities of children so that only then can we guarantee the right to an education for our students.

Keywords: Learning; Field Education; School; Identity.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca fazer um breve resgate da história da educação camponesa, a fim de descrever suas dificuldades de encontrar uma educação do campo e para o campo, como também, relatar ações pautadas na valorização da identidade dos alunos visto que, apesar dos avanços e melhorias na condição social dos camponeses, ainda presenciamos diversas atitudes de preconceito para com as crianças da zona rural, rotuladas de atrasadas, e “servindo” como motivo de “piada”, o que colabora com a evasão escolar, a baixa autoestima e a desmotivação em frequentar a escola.

Sabendo que a escola é um ambiente onde se produz o conhecimento científico, e sendo uma local de desconstrução de preconceitos, de socialização, apropriação e incorporação de heranças culturais, buscamos nesse trabalho relatar e discutir os resultados de uma intervenção pedagógica realizada durante um semestre no ano letivo de 2019 em uma turma do 5º ano do ensino fundamental.

A partir desta pesquisa, objetivamos debater sobre a importância de empoderar nossas crianças camponesas, valorizando sua cultura e sua identidade, bem como motivar os professores do campo a (re)pensar suas práticas, sensibilizando-os para a importância de direcionar os conteúdos para o contexto social, cultural e histórico da comunidade local.

A motivação para delimitação da temática desse estudo surgiu da observação sobre a escassez de fontes que abordem a importância da construção e da valorização da identidade da criança camponesa no município de Queimadas- PB. Por isso, buscamos contribuir para que os professores da rede municipal de ensino tenham acesso a este estudo, almejando que este os



auxilie a desenvolver uma prática pedagógica considerando as especificidades das crianças do campo.

Nosso principal objetivo foi compreender como acontece o processo de construção da identidade das crianças do campo que estudam na Escola Municipal Maria Dulce Barbosa, em Queimadas-PB.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada no período de 11 de fevereiro a 01 de junho do ano de 2019 na Escola Municipal Maria Dulce Barbosa, com os alunos do 5º ano do ensino fundamental. O procedimento metodológico que norteou o desenvolvimento da pesquisa foi a pesquisa ação, pois compreendemos que este procedimento possibilita que o pesquisador intervenha dentro de uma problemática social.

Conforme Thiollent (2011, p.79), a pesquisa ação “deve se concretizar em alguma forma de ação planejada, objeto de análise, deliberação e avaliação”. Ou seja, proporciona ao pesquisador condições de refletir criticamente sobre suas ações, como também mobilizar os participantes a construir novos saberes, neste tipo de pesquisa os envolvidos participam diretamente de modo cooperativo ou participativo.

Kemmis e Mc Taggart (1988, apud Elia e Sampaio, 2001, p.248), ampliam o conceito deste tipo de investigação quando definem que:

Pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas acontecem. A abordagem é de uma pesquisa-ação apenas quando ela é colaborativa. (Kemmis, Mc Taggart,1988, apud Elia e Sampaio, 2001, p.248).

Para melhor compreender a importância da cultura e dos saberes camponeses na construção de sua identidade, fizemos uma pesquisa qualitativa que se caracteriza, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), em não se preocupar “com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização”, proporcionando uma melhor visão e compreensão do contexto do problema.



Finalmente, para melhor compreender a importância da cultura e dos saberes camponeses na construção de sua identidade, foi utilizado como princípio norteador do referido estudo a abordagem metodológica da pesquisa qualitativa.

CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO E DOS SUJEITOS DA PESQUISA

A Escola Municipal Maria Dulce Barbosa atende, atualmente, em torno de 65 alunos nas modalidades de ensino Fundamental anos iniciais e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), possuindo apenas duas turmas (4º e 5º anos) no período da manhã e, à noite, duas turmas da EJA.

A referida escola acolhe alunos da comunidade local e de outras 04 comunidades vizinhas (Sulapa, Catolé II, Riacho do meio, Lutador), a faixa etária dos alunos da EJA varia entre 30 a 60 anos. A estrutura do prédio é antiga, porém muito conservada, sendo dividida em 02 salas de aulas amplas, 02 banheiros, 01 cozinha e um pátio, todos os espaços são muito bem aproveitados pelos professores e alunos, não só durante as aulas, como também para apresentações culturais, atividades artísticas e atividades esportivas que enriquecem a socialização e o contato entre os alunos de todas as turmas.

As salas de aula são amplas, bem conservadas, bem iluminadas. A escola dispõe de uma grande área livre onde as crianças desenvolvem atividades durante as aulas de educação física.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Breve resgate histórico da Educação do Campo

A Educação do Campo está sendo conquistada, gradativamente, às custas da luta de diversos movimentos sociais para conquistar o direito de as comunidades camponesas receberem uma educação pautada em sua realidade, considerando e valorizando seus aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos.

Durante décadas a formação destinada às classes populares do campo, vinculou-se a um modelo “importado” da educação urbana. Esse tratamento teve um fundo de descaso e subordinação dos valores presentes no meio rural que marcava uma inferioridade quando



comparado ao espaço urbano. O campo encontrava-se estigmatizado na sociedade brasileira e os preconceitos, estereótipos e outras conotações multiplicavam-se cotidianamente.

No final dos anos 60 o Estado, muito preocupado com a grande quantidade de processos migratórios e o alto crescimento populacional, adotaram a Educação do campo como uma política pública nacional com o intuito de diminuir o êxodo rural, estabelecendo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB 1961 em seu artigo 105:

Os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades, que mantenham na zona rural escolas ou centros de educação, capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações e atividades profissionais. (Brasil, 1961).

Ou seja, nesse cenário, a LDB propunha que a educação camponesa fosse pautada na profissionalização da mão de obra, com o intuito de manter o cidadão no campo a partir de uma proposta educativa tecnicista e não na proposta de uma educação para o campo, pautada no bem estar social dos camponeses.

De encontro a essa realidade começam a surgir diversas iniciativas sociais, dentre elas o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que não concordavam com a proposta da LDB, defendendo uma prática pedagógica que alinhasse o conhecimento técnico ao conhecimento emancipatório e crítico. Assim sendo essa proposta aflora um ambiente conflituoso na busca de uma educação para o campo.

Após muitas lutas e reivindicações, a Constituição Federal de 1988 contribuiu de forma significativa na luta do direito da população camponesa que sustentaram as reivindicações por seus direitos sociais, através da promulgação do seu artigo 205, quando explica que

A educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Dessa forma, passa a ser do Estado o dever de promover a educação para TODOS, abrindo novos caminhos para o início de posteriores conquistas.



A educação campesina, como podemos observar, foi construída em um espaço de lutas dos movimentos sociais. Por isso, só a partir desses feitos é que podemos pensar na educação DO Campo e PARA o Campo, onde os alunos tenham o direito de pensar o mundo a partir do lugar onde vivem, pautados na escolarização bem como na valorização, no respeito e com práticas educativas compromissadas, levando em consideração os seus saberes culturais e os da comunidade local.

A LDB 9.394/96, em seu artigo 28, determina os seguintes direcionamentos para a escola do campo:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (Brasil, 1996).

Estas orientações representam uma conquista bastante relevante para construção de um plano pedagógico que oriente os professores nos objetivos e finalidades condizentes com a vida no campo, sendo de extrema importância considerar que o processo educativo exige uma profunda sintonia com a realidade dos sujeitos, e que a valorização da identidade é crucial para a construção de um alunado consciente, reflexivo e transformador do mundo.

A identidade da criança campesina

A formação de identidade é um processo em construção, uma vez que cada sujeito possui sua identidade de acordo com o contexto do qual faz parte, e se modifica a partir de quaisquer ações, em qualquer espaço e em épocas distintas.

Silva (2014) ressalta que são os sujeitos que constroem sua própria identidade, no contexto das relações culturais e sociais onde vivem. Assim, sua própria história determina sua identidade que será definida em momentos particulares no tempo, a partir do olhar do outro que está a sua volta, ou seja, essa construção identitária é um fator de interdependência com os outros.



A identidade é, portanto, construída individualmente e coletivamente, sendo assim, para que seja efetivado o processo de ensino e aprendizagem das crianças do campo, a escola e os professores deverão elaborar propostas na perspectiva de valorização da identidade e da relação que os discentes possuem a partir das suas vivências.

Libâneo (2000), sobre o processo de educação a partir do meio natural e social que a criança está inserida, afirma que:

A Educação é o conjunto de ações, processos, Influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupo na relação ativa com o ambiente natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais (Libâneo, 2000, p.22).

Desse modo, é evidente que o processo de aprender deve levar em consideração a cultura, os valores da comunidade local, visto que, a criança sofre influências dentro e fora da escola, assim, torna-se imprescindível aderir à flexibilidade de metodologias na busca de motivação para o processo de aquisição do conhecimento aos alunos do campo.

Quando nos referimos à Educação do Campo, não devemos apenas considerar que o campo é um espaço geográfico onde vive uma parcela da população brasileira, mas como um local que possui identidade, valor e cultura.

Sendo assim, a educação ali direcionada aos discentes deve ser pautada em uma formação específica que vise à valorização da identidade camponesa, bem como empoderar os alunos sobre a importância do campo para o mundo como um todo.

Deste modo, a Educação do Campo deve buscar atender as especificidades dos sujeitos, valorizando as diversas culturas, as memórias e os saberes construídos socialmente. Para isso, é preciso que se exija uma prática de ensino pautada na valorização e na construção da identidade da criança camponesa, abordando a luta dos camponeses em busca de sua identidade, através dos movimentos voltados para a especificidade do campo, que lutam por educação e pela valorização da cultura camponesa.

Batista (2007, p. 178) salienta "(...) a importância do conceito de identidade na análise dos processos sociais mobilizadores dos movimentos populares camponeses e da educação do



campo”, uma vez que ele tem sido muito utilizado pelos movimentos para dar unidade e identidade aos sujeitos envolvidos na luta camponesa e na luta por uma educação do campo e para o campo.

Assim, considera-se que a Educação do Campo deve ter como intenção a valorização do humano, e essa valorização deve estar inserida na trajetória dos sujeitos no processo educativo, nas relações sociais e nas práticas sociais vividas, objetivando valorizar as experiências e os saberes dos povos campesinos nas relações sociais desenvolvidas nos diferentes tempos e espaços, pois o sujeito do campo não pode ter a sua formação educacional sob o formato ideológico urbano, visto que existe uma consciência de que é essa educação diferenciada, adequada à sua realidade e da sua comunidade que fará com que ele se identifique como pertencente a tal contexto.

A Educação do Campo a partir de uma perspectiva Freireana

Como qualquer modalidade ou teoria educacional, a Educação do Campo está baseada num conjunto de matrizes pedagógicas que fundamentam sua importância e viabilidade. A pedagogia socialista, a pedagogia do oprimido e a pedagogia do movimento para Educação do Campo (ou apenas pedagogia do movimento) sustentam sociológica e filosoficamente o porquê da necessidade de haver uma reorganização pedagógica para se formar os sujeitos do campo.

Mas para entendermos suas influências neste contexto, precisamos compreender em separado o que cada uma defende individualmente.

A pedagogia do Oprimido elaborada por Paulo Freire defende uma educação significativa que fuja da chamada *educação bancária* onde o aluno é mero e inerte receptor dos conteúdos transmitidos pelo infalível professor detentor absoluto do saber.

Freire fundou sua pedagogia a partir de experiências com jovens e adultos camponeses e descobriu que era possível alfabetizá-los e formá-los a partir de uma metodologia baseada em temas geradores. Através das reflexões dos alunos sobre suas vivências o conteúdo era ministrado fazendo com que os discentes associassem os conhecimentos recebidos como úteis em suas vivências encorajando-os a buscar e estudar.



Paulo Freire acreditava que a educação era possível a partir do movimento ação-reflexão-ação, que chamou de práxis educativa, e que através dele os alunos aprenderiam conscientemente porque pensariam sobre o que estão aprendendo e em como esse novo conhecimento iria lhe servir.

A intenção filosófica de Freire com esse novo método era basear a educação no tripé Fé, Esperança e Amor. Ou seja, ele acreditava que formando as pessoas dessa forma, estaria emancipando-as para que, sendo livres, vencessem a opressão sem se igualar aos seus opressores. Ele chamou essa nova tendência pedagógica de Pedagogia Libertadora.

Karl Marx e Friedrich Engels jamais escreveram algo diretamente sobre um modelo socialista pedagógico, mas pode-se encontrar referência sobre isso ao longo de toda a sua obra. Tais ideias influenciaram o desenvolvimento da organização do sistema de ensino em Cuba, na Rússia e em alguns países do Leste Europeu.

Veja, por exemplo, o que eles falam no Manifesto Comunista (1848) sobre educação: “Educação pública e gratuita de todas as crianças. Abolição do trabalho das crianças nas fábricas na forma atual. Unificação da instrução com a produção material, etc.” (Marx; Engels, 2006).

Para Marx, a união entre instrução e trabalho expressa o seu objetivo de formação do homem omnilateral, ou seja, desenvolver todas as potencialidades físicas e culturais do homem, a formação além de profissional deve ser intelectual para que as pessoas sejam capazes de executar qualquer tipo de trabalho.

Aníbal Ponce expressou assim o objetivo do socialismo proposto por Marx: “O socialismo, ainda que seus inimigos digam o contrário, aspira a realizar a plenitude do homem, isto é, libertar o homem da opressão das classes, para que recupere, com a totalidade das suas forças, a totalidade do seu eu”. (Aníbal Ponce, 1994, p.165)

Estes autores supracitados propõem que a política educacional proletária, deve nascer das diversas formas de organização do proletariado, e que leve em conta e procure ampliar os núcleos de conhecimentos objetivos que existem na escola capitalista e lute contra a discriminação dos alunos.



Observamos que a proposta, no geral, é unir ensino e trabalho produtivo. Mas, diferente de Freire, Marx defendia que era preciso, através da educação, que surgisse um “fermento revolucionário”, ou seja, a educação deveria instigar as pessoas a vencer a hegemonia burguesa e tomar o poder para si.

Quanto a Pedagogia do Movimento, surge a partir das discussões dos movimentos sociais em lutas que almejam a instituição de uma Educação do Campo. É a Pedagogia almejada pelo MST (Movimento Sem Terra).

Esse tipo de Pedagogia é essencialmente de cunho social, a qual leva consigo o sentimento de luta, de batalhas, conquistas e vitórias da luta de um povo com identidade que está sempre em busca de novas mudanças. Carregando com cada educando as experiências de suas famílias, para que seja conteúdo de estudo dos mesmos, que aprendam tudo aquilo que foi vivido e aprendido na luta. Mas, acima de tudo, sejam transformados em sua essência, com o sentimento de valorização de sua *identidade*, contestação social, inconformismo diante de injustiças, e esperança de acreditar que os mesmos podem mudar sua realidade. (Arroyo, 2008).

No MST a pedagogia tem como ideal a cooperação dos assentamentos e acampamentos, partindo dos ideais da Reforma Agrária, um dos objetivos da luta, cooperação para o desenvolvimento do campo, pregando uma cultura em conjunto acabando com o pensamento individualista e egocêntrico presentes nas relações de trabalho. E o papel da escola é problematizar para o aluno, construir e desconstruir valores, ajudando a enraizar a identidade do Sem Terra com o objetivo de suprir a necessidade de todos e não uma pessoa unicamente.

Diante desses apontamentos podemos afirmar que as três matrizes concordam com um eixo de práxis em que o trabalho e a escolarização se misturam para uma formação voltada para a reflexão da prática.

Todas acreditam numa organização escolar voltada para a valorização da cultura e do cotidiano rural, defendem uma formação emancipatória que preparem as pessoas para reconhecerem sua real condição e as ensinam a lutar pelos seus direitos.



Um dos principais elos entre essas tendências é utilizar o que Paulo Freire chama de temas geradores, ou seja, a formação se dá a partir das vivências dos alunos, suas práticas, reflexões e dificuldades regem o trabalho pedagógico.

Quanto a esse apego aos vínculos do aluno com sua realidade, podemos diferenciar as matrizes da seguinte forma:

Educação popular e pedagogia da autonomia (Freire) – que possui vínculo com a realidade dos educandos.

Pedagogia socialista – vinculada ao mundo do trabalho e a auto-organização dos estudantes e trabalhadores.

Pedagogia do movimento – vínculo com a luta política.

Dessa forma, podemos dizer que a busca pela formação crítica é o que estabelece a influência dessas matrizes pedagógicas para a formulação de uma Educação do Campo, porque é a partir da dialogicidade, do diálogo crítico e do movimento de dialética que os homens conseguem se perceber como atores sociais, com sua importância, deveres e, sobretudo, direitos, aprendendo a atuar no meio para o bem da coletividade e conseguindo vencer o controle hegemônico.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

A aplicação da proposta de pesquisa foi realizada com 13 alunos do 5º ano do ensino fundamental, matriculados na Escola Municipal Maria Dulce Barbosa.

A atividade proposta foi desenvolvida a partir de etapas interdisciplinares com os conteúdos programados do currículo oficial.

Para iniciar o desenvolvimento do projeto, aplicamos um questionário buscando fazer uma sondagem sobre a temática, bem como identificar a opinião dos discentes sobre como eles se sentia em morar no campo e como eles estavam inseridos naquele contexto: quais os sonhos, metas, e perspectivas de vida.

Em seguida, ainda na primeira etapa, apresentamos um episódio do vídeo da turma da Mônica “Chico Bento em: Na roça é diferente”, através do qual, buscamos proporcionar aos alunos compreender a relação entre o campo e a cidade, percebendo, identificando, comparando



e valorizando aspectos diferentes entre espaços, paisagens, profissões, meios de vida rurais e urbanos e mostrando a importância de ambos.

Na segunda etapa do projeto propusemos o desenvolvimento de uma atividade envolvendo uma história em quadrinhos para que se percebesse como os alunos reagem com o uso deste recurso didático.

Inicialmente, contextualizamos a abordagem e abrimos espaço para discussão de alguns pontos de vista sobre a adequação do tema e a forma como a atividade seria trabalhada em sala.



Figura 1 – História em quadrinhos abordada no desenvolvimento do projeto (Fonte: Miranda, Gislayne. A. B/2019)

A atividade apresentada na figura 1 visou enriquecer o processo de ensino e aprendizagem e a formação de sujeitos críticos, motivando os alunos para o incentivo à leitura, aguçando a curiosidade dos discentes, propiciando debates e discussões em sala de aula.

Nesta etapa do trabalho, utilizamos a história em quadrinhos porque consideramos este gênero textual um instrumento que contempla diversos eixos de aprendizagem, pela facilidade que ela transmite informações de forma atrativa, divertida que facilita a memorização, além de incentivar a leitura e estimular a criatividade;



Em seguida, ainda na segunda etapa do projeto, solicitamos que os alunos produzissem uma história em quadrinhos (figura 2) que trouxesse como foco central relatar como funciona a vida do campo e a realidade das crianças camponesas, ao fim das produções, cada aluno mostrou o seu trabalho e explicou o porquê de sua contextualização.

Nessa atividade o resultado foi satisfatório e a maioria dos alunos realmente se envolveu com a temática. Observamos que os educandos se interessaram pelo assunto abordado, foi possível perceber o quanto eles estiveram felizes e se sentiram valorizados ao se verem como sujeitos ativos nas histórias apresentadas.



Figura 2 – Produções das histórias em quadrinhos (Fonte: Miranda, Gislayne A. B., 2019)

Para finalização do projeto, realizamos uma atividade em que os discentes produziram cartazes mostrando a riqueza que o campo possui e a sua importância para a sociedade, essa atividade foi exposta e apresentada no dia da culminância.





Figura 3 – Culminância do projeto (Fonte: Miranda, *Gislayne. A. B.*/2019)

Durante a aplicação da atividade, observamos nos alunos características comportamentais próprias, demonstrando dedicação, motivação e se esforçando para realizar todas as atividades propostas, o que nos ajudou a perceber o quanto se sentiam acolhidos e seguros dentro do ambiente escolar, passando a ter um sentimento de pertencimento por aquele lugar.

O trabalho em parceria com o professor nos ajudou a verificar alternativas metodológicas que possibilitaram uma melhor explanação do conteúdo, ajudando os alunos a associarem o conteúdo abordado (Zona Rural e Zona Urbana) com os acontecimentos do cotidiano, foi possível perceber, no professor, dedicação e a busca por uma educação do campo de qualidade que valorize suas especificidades.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa ficou evidente que a Educação do Campo deve oferecer uma aprendizagem escolar que esteja associada à produção e relações de vida do camponês, desenvolvendo ações coletivas com a comunidade escolar, numa perspectiva de qualificar o processo de ensino e aprendizagem. A educação do campo deve proporcionar possibilidades tanto para alunos que querem permanecer no meio rural, quanto para aqueles que desejam se integrar a outro meio.

Esta modalidade de educação somente deixará de ser fator que contribui para o fenômeno migratório, quando estiver estruturada e organizada para oferecer um ensino de qualidade, capaz de dialogar com a realidade dos seus alunos e da comunidade, capacitando-os a agir com autonomia e criatividade, com respeito aos seus saberes e fazeres.

O campo é um território educativo, de produção de solidariedade e de identidade cultural, no qual se formam sujeitos políticos, sociais e culturais. Enfim, o campo é um território importante tanto quanto, ou até mais, que os outros. De acordo com a escola pesquisada, percebe-se a construção conjunta de conhecimento e boa convivência dentre os que fazem a comunidade escolar.

A educação do campo, quando bem trabalhada, proporciona formação para a cidadania, propicia ao educando uma educação vinculada a sua cultura, atendendo às suas necessidades humanas e sociais.

Desta forma, uma educação PARA e NO campo pode contribuir com a formação dos alunos em cidadãos com atitudes e comportamentos críticos produtivos, percebendo-se como integrantes dependentes e agentes transformadores do meio, contribuindo para a melhoria de seu meio.

Em síntese, podemos considerar que se deve valorizar a identidade do indivíduo do campo, sua cultura, conhecimento e percebê-lo como um sujeito importante na sociedade, gerando assim a sua emancipação humana e política.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arroyo, M. G. (2008). A educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: Arroyo, M. G., Caldart, R. S., & Molina, M. C. (Org.). Por uma educação do campo. 3a ed. Petrópolis – RJ: Vozes.
- Batista, M. S. X. Movimentos sociais e educação popular do campo-Re constituindo território e a identidade camponesa. In: Jesine. Edineide; Educação e movimentos sociais. Campinas, SP. Alínea 2007. 169-189.
- Brasil. LEI nº 4.024, de 20 de dezembro 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm, acesso em 18/05/2019.
- Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- Brasil. Senado Federal. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96. Brasília–DF.
- Freire, P. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (organizadoras). (2009). Métodos de Pesquisa. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Kemmis, S., & Mc Taggart, R. (2001). Como planificar la investigación-acción. Barcelona: Editorial Alertes, 1988. IN: Elia e Sampaio????
- Marx, K., & Engels, F. [1848]. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- Libâneo, J. C. (2000). Pedagogia e pedagogos, Para quê?.3a ed. São Paulo: Cortez,
- Ponce, A. (1994). Educação e luta de classes. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 13a ed. São Paulo: Cortez.
- Silva, T. T. (Org.); Hall, S., & Woodward, K. (2014). Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora. Vozes.
- Thiollent, M. (2011). Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez.